

Samudaripen: memória, resistência e o direito de narrar a própria história — diálogos entre Brasil e Argentina¹

²*Elisa Costa*

³*Lucimara Cavalcante*

⁴*Damián Cristo*

⁵*Michel Kriston*

**Não escrevemos para recordar os mortos.
Escrevemos para impedir que o mundo continue
matando-os pelo esquecimento.**

**We do not write merely to remember the dead. We
write to prevent the world from continuing to kill
them through the erasure of memory.**

Resumo

Este documento adota a terminologia utilizada pela historiografia especializada e pelas instituições internacionais de memória do Holocausto e do Samudaripen. Nesse sentido, as referências a **Roma e Sinti** correspondem ao recorte histórico-documental empregado para designar os povos atingidos pelo genocídio perpetrado pelo regime nazista e seus colaboradores durante a Segunda Guerra Mundial. A utilização dessa terminologia não constitui manifestação acerca das diferentes formas de autodeclaração identitária existentes entre os povos romani na contemporaneidade, cuja diversidade histórica, cultural e linguística é reconhecida. O presente texto concentra-se no contexto específico do genocídio nazista, em seus processos de memória, resistência e reconhecimento histórico.

Palavra-chave: Samudaripen; memória; resistência; narrativa própria; enfrentamento ao racismo.

¹ Direitos Autorais (DA -2026-127642). Copyright (DA-2026-127642)

² Elisa Costa – Presidente da AMSK/Brasil; Feminista romani, MBA em Saúde Coletiva; Membro do Conselho Consultivo Romani das Américas RAC e Membro da GfOD Rights Experts Programme/2026.

³ Lucimara Cavalcante – Vice-Presidente da AMSK/Brasil, Feminista romani; Coordenadora do Programa DOSTA da AMSK/Brasil; MSc em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais.

⁴ Damian Cristo - Membro do Conselho Consultivo Romani das Américas RAC, Presidente da Associação Zor/Ar, Esp. Justiça Transicional; Rom Kalderash; Membro da GfOD Rights Experts Programme/2026.

⁵ Michel Kriston – Membro do Conselho Consultivo Roma da AMSK/Brasil e Vice-presidente IRU Latina América; Rom Kalderash.

Samudaripen: Memory, Resistance and the Right to Narrate One's Own History — Dialogues between Brazil and Argentinaⁱ

Abstract

This document adopts the terminology used by specialized historiography and by international institutions dedicated to Holocaust and Samudaripen memory. In this regard, references to **Roma and Sinti** correspond to the historical and documentary framework used to identify the peoples targeted by the genocide perpetrated by the Nazi regime and its collaborators during the Second World War. The use of this terminology does not constitute a statement regarding the different forms of contemporary identity self-identification among Romani peoples, whose historical, cultural, and linguistic diversity is recognized. This text focuses specifically on the context of the Nazi genocide, its processes of memory, resistance, and historical recognition.

Keywords: Samudaripen; memory; resistance; the right to narrate one's own history; the fight against anti-Roma racism.

Aos Roma e Sinti não bastou sobreviver ao Samudaripen. Foi preciso sobreviver à negação, ao silêncio e ao esquecimento. . Elisa Costa

For Roma and Sinti, it was not enough to survive the Samudaripen. They also had to survive denial, silence, and the erasure of memory. Elisa Costa

INTRODUÇÃO

Nosso primeiro desafio é deixar claro que os termos: Genocídio, Holocausto e Samudaripen, não são intercambiáveis e tão pouco tratam de fatos isolados e separados.

O **Holocausto** é o processo histórico mais amplo de perseguição e extermínio promovido pelo regime nazista e seus colaboradores, que atingiu diferentes grupos considerados "indesejáveis". Já o **genocídio** é a categoria jurídica e política que descreve a destruição intencional, total ou parcial, de um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Assim, o **Samudaripen** é o nome dado ao **genocídio dos Roma e Sinti**, ocorrido **no contexto do Holocausto**.

Ou seja, não são sinônimos:

- **Holocausto** = contexto histórico e sistema de perseguição e extermínio.
- **Genocídio** = o crime cometido contra um grupo específico.
- **Samudaripen** = o genocídio dos Roma e Sinti durante o Holocausto.

O Holocausto explica o tempo da barbárie. O Samudaripen nomeia o genocídio sofrido pelos Roma e Sinti. O esquecimento revela que essa violência ainda não terminou. Ou ainda: O genocídio matou pessoas. O Holocausto revelou até onde pode chegar o ódio institucionalizado. O esquecimento continua negando aos Roma e Sinti o lugar que lhes pertence na memória da humanidade.

Introduction

Our first challenge is to make clear that the terms **Genocide, Holocaust, and Samudaripen** are neither interchangeable nor do they refer to isolated or separate historical events.

The **Holocaust** refers to the broader historical process of persecution and extermination carried out by the Nazi regime and its collaborators, targeting different groups considered “undesirable.” **Genocide**, in turn, is the legal and political category used to describe the intentional destruction, in whole or in part, of a national, ethnic, racial, or religious group. Therefore, **Samudaripen** is the term used to designate the genocide of Roma and Sinti, which took place within the broader context of the Holocaust.

In other words, they are not synonyms:

- **Holocaust** = the historical context and the system of persecution and extermination.
- **Genocide** = the crime committed against a specific group.
- **Samudaripen** = the genocide of Roma and Sinti during the Holocaust.

The Holocaust explains the historical time of barbarity. The Samudaripen names the genocide suffered by Roma and Sinti. The persistence of forgetting reveals that this violence has not yet fully ended.

Or, stated differently:

Genocide killed people. The Holocaust revealed the extent to which institutionalized hatred can go. Forgetting continues to deny Roma and Sinti the place that belongs to them in the memory of humanity.

A MEMÓRIA SEM PRECISÃO PRODUZ ESQUECIMENTO; A PRECISÃO SEM MEMÓRIA PRODUZ INDIFERENÇA. A JUSTIÇA HISTÓRICA EXIGE AMBAS.

Equipe de estudos da AMSK/Brasil – Lucimara Cavalcante.

Ian Hancock (indispensável)

Para nós, ele se tornou a principal referência. Ian Hancock é um dos maiores estudiosos do genocídio Romani e dedica vários trabalhos ao Samudaripen. Ele trata especificamente do genocídio dos **Roma e Sinti**, discute a terminologia (Porrajmos, Samudaripen etc.) e analisa a invisibilização da memória romani. Ele traz o olhar de dentro, que permanece em todos os de pertença e agrega a necessidade da academia trazer a justiça e os registros da memória. É linguista, historiador e um domais reconhecidos intelectuais romani contemporâneos. Nascido no Reino Unido e radicado nos Estados Unidos, é professor da Universidade do Texas em Austin e fundador do *Romani Archives and Documentation Center*. Sua produção acadêmica contribuiu decisivamente para a consolidação dos estudos romani, especialmente nas áreas de língua, identidade, história e do genocídio do povo romani durante o regime nazista.

Hancock⁶ foi um dos primeiros pesquisadores a dar **visibilidade internacional ao genocídio romani** em língua inglesa. Embora hoje haja um debate terminológico que leva muitos pesquisadores e organizações a preferirem **Samudaripen** em vez de **Porrajmos**, a contribuição dele para inserir o genocídio romani na agenda acadêmica internacional é incontestável.

Obras fundamentais como: *We Are the Romani People* (2002) e *The Romani Genocide During the Holocaust: Resistance and Restitution* (2021), guiam nossos estudos.

⁶ **Ian F. Hancock** é considerado um dos principais intelectuais romanis da atualidade. Sua obra desempenhou papel fundamental na internacionalização dos estudos sobre a história, a identidade e o genocídio do povo romani, influenciando o reconhecimento do Samudaripen como tema central nos debates sobre memória, direitos humanos e justiça histórica.

Marcel Courthiade

É ele quem difunde o uso do termo **Samudaripen** a partir da década de 1970, termo esse com maior aceitação – Matança, enquanto Porrajmos – devoração/remete muitas vezes a estupro. Essa referência é importante porque explica por que hoje muitas instituições internacionais utilizam "Samudaripen" em vez de "Porrajmos".

O linguista romani Marcel Courthiade⁷ foi um dos principais defensores da adoção do termo **Samudaripen**, por considerá-lo linguística e culturalmente mais adequado do que **Porrajmos**, cuja utilização permanece controversa em razão das conotações ofensivas atribuídas ao termo em alguns dialetos do romanês. A proposta de Courthiade influenciou o debate terminológico internacional e contribuiu para a adoção de **Samudaripen** por parte de organizações e pesquisadores romani.

Memorialística Internacional - "Roma and Sinti"

Instituições:

- RomArchive
- International Romani Union – IRU
- United States Holocaust Memorial Museum
- Council of Europe
- European Roma Institute for Arts and Culture

O RomArchive faz uma discussão excelente sobre os termos **Holocausto**, **Genocídio**, **Porrajmos** e **Samudaripen**, inclusive mostrando por que há divergências terminológicas. Nos dá um local próprio de arquivologia – nossa memória preservada.

A IRU fundada em 1971, trouxe na sua criação, muitos dos que sobreviveram e ou seus familiares diretos. Hoje, ainda nos reunimos e falamos das lutas diárias.

Produção Acadêmica Recente

Há trabalhos muito consistentes mostrando que o Samudaripen é tratado como o **genocídio dos Roma durante o Holocausto**, e discutindo seu apagamento na educação e na memória pública.

Duas fontes são de importância ímpar:

Begoña Barrera López, *Samudaripen: from the persecution to the genocide of the Roma people* (2020). A persistente invisibilidade do Samudaripen nos currículos escolares e universitários contribui para a reprodução do apagamento histórico do povo romani,

⁷ **Nota:** No contexto da padronização da língua romani, Courthiade utiliza o termo **Samudaripen**, formado pelos elementos **sa** ("todos") e **mudaripen** ("assassinato", "matança"), para designar o genocídio do povo romani. A proposta busca empregar uma terminologia considerada linguisticamente precisa e culturalmente respeitosa, em contraste com as controvérsias associadas ao termo **Porrajmos**. Essa compreensão também é discutida por Karola Fings ao analisar a evolução da terminologia utilizada para designar o genocídio romani.

reforçando a necessidade de incorporar esse tema aos processos educativos e à formação em direitos humanos (BARRERA LÓPEZ, 2020).

Siv Lie e Ioanida Costache, sobre memória do genocídio romani. Conforme destacam Lie e Costache (2022), os processos de rememoração conduzidos por artistas e intelectuais romani representam formas de resistência ao apagamento histórico, produzindo novas possibilidades de reconhecimento, reparação e justiça de memória.

Preservar a memória é também preservar a precisão histórica. Os acontecimentos que marcaram profundamente a humanidade exigem compromisso com os fatos, com a terminologia e com o reconhecimento das vítimas. No caso dos Roma e Sinti, essa responsabilidade passa pelo reconhecimento do Samudaripen, termo utilizado para designar o genocídio perpetrado contra esses povos durante o Holocausto. Nomear corretamente esse acontecimento não representa apenas uma escolha terminológica; constitui um ato de justiça histórica, de reconhecimento das vítimas e de enfrentamento ao apagamento que, por décadas, relegou esse capítulo da história à invisibilidade.

O respeito às pessoas, organizações e instituições pertencentes à etnia constitui um compromisso ético indispensável à preservação da memória coletiva. Manter viva a história do Holocausto vivido pelos Roma e Sinti não significa apenas recordar o passado, mas reconhecer que a memória é o alicerce sobre o qual se compreendem as experiências do presente e se projetam as possibilidades do futuro. Quando a memória é preservada, reafirma-se a existência de um povo, reconhecem-se suas contribuições à humanidade, fortalece-se o direito das novas gerações de conhecer, compreender e dar continuidade à sua própria história e reafirma-se o compromisso coletivo para que as violências do passado jamais sejam naturalizadas ou repetidas.

O Relatório de Viagem 2024 da AMSK/Brasil, elaborado por Sandra Cândido e Michel Kriston reúne, em 115 páginas, o registro detalhado das visitas realizadas a museus, memoriais, instituições e encontros voltados à preservação da memória do povo romani. Além da descrição das atividades desenvolvidas, o relatório apresenta um amplo acervo fotográfico que documenta uma realidade histórica que não pode ser esquecida, relativizada ou distorcida.

Ao longo de sua trajetória, a **AMSK/Brasil** tem compreendido que preservar a memória significa também reunir pessoas, promover o cuidado, fortalecer a consciência coletiva e ampliar os alertas sobre as diferentes formas de violência que continuam incidindo sobre o povo romani. Dar visibilidade às vozes daqueles e daquelas que herdaram a memória, preservaram narrativas e transformaram suas experiências em testemunhos de resistência sempre constituiu um dos princípios que orientam as pesquisas e as ações desenvolvidas pela instituição.

Essa perspectiva esteve presente, inclusive, nas atividades culturais promovidas pela AMSK/Brasil entre 2004 e 2016, quando as aulas de dança romani eram iniciadas com uma reflexão que reafirmava seu profundo significado histórico e político: *"Dançamos em memória e em honra das mulheres Roma e Sinti que participaram da resistência de*

16 de maio de 1944 e de todas aquelas que foram posteriormente assassinadas pelo regime nazista, tendo na noite de 2 de agosto de 1944 um dos episódios mais brutais do Samudaripen." A dança, nesse contexto, ultrapassava sua dimensão artística para constituir-se como um ato de memória, dignidade e resistência, reafirmando o compromisso com a preservação da história e com a transmissão intergeracional dessa herança.

As experiências acumuladas ao longo desse percurso contribuíram para ampliar a compreensão acerca da centralidade da memória como instrumento de promoção dos direitos humanos. Ao aproximar pesquisa, documentação, educação e incidência política, fortaleceram a convicção de que o enfrentamento às violências dirigidas ao povo romani exige o reconhecimento de suas especificidades históricas e estruturais. Nesse sentido, torna-se imprescindível reconhecer e tipificar o **anticiganismo** e a **romafobia** como manifestações específicas do racismo, condição indispensável para a formulação de políticas públicas, mecanismos efetivos de proteção e estratégias voltadas à garantia dos direitos do povo romani.

Memory without precision produces oblivion; precision without memory produces indifference. Historical justice requires both.

AMSK/Brasil Research Team – Lucimara Cavalcante

Ian Hancock (Essential Reading)

For us, Ian Hancock has become the leading reference in the study of the Romani genocide. He is one of the foremost scholars of the **Samudaripen** and has devoted a significant body of work to the genocide of Roma and Sinti during the Holocaust. His scholarship addresses the historical persecution and extermination of Roma and Sinti, explores the terminology surrounding the genocide (including *Porrajmos* and *Samudaripen*), and examines the historical marginalization and invisibilization of Romani memory.

Hancock offers a perspective rooted in lived Romani experience, while also emphasizing the responsibility of academic research to advance historical justice and preserve collective memory. A linguist and historian, he is widely recognized as one of the most influential contemporary Romani intellectuals. Born in the United Kingdom and based in the United States, he is Professor Emeritus at the University of Texas at Austin and founder of the Romani Archives and Documentation Center. His scholarly work has made a decisive contribution to the consolidation of Romani Studies, particularly in the fields of language, identity, history, and the genocide of the Romani people under the Nazi regime.

Hancock was among the first scholars to bring international visibility to the Romani genocide in the English-speaking academic world. Although contemporary scholarly debate increasingly favors the use of **Samudaripen** over **Porrajmos**, his contribution to

placing the Romani genocide on the international academic agenda remains unquestionable.

His major works—including *We Are the Romani People* (2002) and *The Romani Genocide During the Holocaust: Resistance and Restitution* (2021)—continue to guide our research.

Marcel Courthiade

Marcel Courthiade played a central role in promoting the use of the term **Samudaripen** from the 1970s onward. Today, the term enjoys broader acceptance because it conveys the meaning of "mass killing" or "genocide," whereas **Porrajmos** ("devouring") remains controversial due to its association with rape or sexual violence in some dialects of the Romani language.

This distinction is particularly important because it helps explain why many international institutions, scholars, and Romani organizations now prefer **Samudaripen** rather than **Porrajmos** when referring to the genocide of Roma and Sinti.

The Romani linguist Marcel Courthiade was one of the principal advocates for adopting the term **Samudaripen**, considering it linguistically and culturally more appropriate than **Porrajmos**, whose use remains contested because of the offensive connotations attributed to the term in certain varieties of Romani. Courthiade's proposal significantly influenced the international terminological debate and contributed to the widespread adoption of **Samudaripen** by Romani organizations, researchers, and memory institutions.

International Memory Institutions – Roma and Sinti

Institutions

- RomArchive
- International Romani Union (IRU)
- United States Holocaust Memorial Museum
- Council of Europe
- European Roma Institute for Arts and Culture (ERIAC)

The **RomArchive** provides one of the most comprehensive discussions of the concepts of **Holocaust**, **Genocide**, **Porrajmos**, and **Samudaripen**, including the historical and linguistic reasons underlying the continuing terminological debate. It also represents a unique archival space dedicated to preserving Romani memory, cultural heritage, and historical documentation.

Founded in 1971, the **International Romani Union (IRU)** brought together many survivors of the genocide and their immediate descendants. More than five decades later, it continues to serve as an international space where Romani representatives meet to address contemporary challenges while preserving the collective memory of historical persecution and resistance.

Recent Academic Contributions

Recent scholarship has consistently recognized the **Samudaripen** as the genocide of Roma and Sinti during the Holocaust while examining its persistent marginalization within educational systems and public memory.

Two contributions are particularly significant.

Begoña Barrera López, in *Samudaripen: From the Persecution to the Genocide of the Roma People* (2020), argues that the persistent invisibility of the Samudaripen within school and university curricula contributes to the reproduction of the historical erasure of the Romani people, highlighting the urgent need to incorporate this history into educational processes and human rights education.

Similarly, **Siv Lie** and **Ioanida Costache** (2022) emphasize that acts of remembrance led by Romani artists and intellectuals constitute important forms of resistance against historical erasure, creating new possibilities for recognition, reparation, and memory justice.

Preserving memory also means preserving historical accuracy. Events that profoundly marked humanity require an enduring commitment to historical facts, appropriate terminology, and the recognition of victims. In the case of Roma and Sinti, this responsibility includes acknowledging the **Samudaripen**, the term used to designate the genocide perpetrated against these peoples during the Holocaust. Naming this historical event correctly is not merely a matter of terminology; it is an act of historical justice, recognition of the victims, and resistance against the historical erasure that consigned this chapter of history to decades of invisibility.

Respect for Romani individuals, organizations, and institutions constitutes an essential ethical commitment to the preservation of collective memory. Keeping alive the history of the Holocaust experienced by Roma and Sinti means more than remembering the past; it means recognizing that memory forms the foundation upon which the present is understood and the future is imagined. When memory is preserved, the existence of a people is reaffirmed, their contributions to humanity are acknowledged, the right of future generations to know, understand, and carry forward their own history is strengthened, and the collective commitment is renewed to ensure that the atrocities of the past are neither normalized nor repeated.

The **AMSK/Brasil 2024 Travel Report**, prepared by **Sandra Cândido** and **Michel Kriston**, brings together, in 115 pages, a detailed record of visits to museums, memorials, institutions, and meetings dedicated to preserving the memory of the Romani people. In addition to documenting these activities, the report includes an extensive photographic archive that bears witness to a historical reality that must neither be forgotten, minimized, nor distorted.

Throughout its history, AMSK/Brasil has understood that preserving memory also means bringing people together, fostering care, strengthening collective awareness, and raising awareness of the many forms of violence that continue to affect the Romani people. Giving visibility to the voices of those who inherited memory, safeguarded historical narratives, and transformed their experiences into testimonies of resistance has always been one of the guiding principles of the institution's research and advocacy.

This perspective was also reflected in the cultural activities promoted by AMSK/Brasil between 2004 and 2016, when Romani dance classes traditionally began with a reflection affirming their profound historical and political significance:

"We dance in memory and in honor of the Roma and Sinti women who took part in the resistance of 16 May 1944, and of all those who were later murdered by the Nazi regime, including those who perished during one of the most brutal episodes of the Samudaripen on the night of 2 August 1944."

In this context, dance transcended its artistic dimension to become an act of remembrance, dignity, and resistance, reaffirming the commitment to preserving history and ensuring the intergenerational transmission of this legacy.

The experiences accumulated throughout this journey have deepened our understanding of the central role of memory as an instrument for the promotion of human rights. By bringing together research, documentation, education, and policy advocacy, they have strengthened the conviction that confronting the violence directed against the Romani people requires recognizing its historical and structural specificities. In this regard, it is essential to recognize and define **anti-Gypsyism** and **anti-Roma racism** as specific manifestations of racism. Such recognition is indispensable for developing public policies, effective protection mechanisms, and strategies aimed at guaranteeing the rights of the Romani people.

**"NEM TODOS OS ROMA E SINTI ASSASSINADOS
DURANTE O SAMUDARIPEN FORAM CONTADOS. MAS,
CADA UM DELES VIVE NO DEVER QUE TEMOS DE
LEMBRAR."**

Elisa Costa

A história não pode ser verdadeiramente compreendida enquanto não reconhecermos a dimensão dos danos que produziu. Entre eles estão aqueles que atravessam gerações e permanecem presentes muito depois do fim da violência física. O genocídio não destrói apenas vidas; rompe vínculos familiares, interrompe a transmissão da cultura, silencia línguas, fragiliza identidades e deixa marcas que continuam a habitar os descendentes.

Esses danos geracionais manifestam-se de muitas formas: nos olhos marcados pela tristeza, na vergonha imposta pela discriminação, no medo permanente, na desconfiança, no silêncio e na sensação de que é preciso esconder quem se é para sobreviver. São feridas que não aparecem nas estatísticas nem nos registros oficiais, mas permanecem inscritas na memória coletiva dos povos que sobreviveram ao genocídio.

Compreender o Samudaripen exige reconhecer que seus efeitos não terminaram com o fim da Segunda Guerra Mundial. Eles persistem nas ausências, nos silêncios familiares, nas histórias interrompidas e nas dificuldades enfrentadas por sucessivas gerações para reconstruir aquilo que lhes foi violentamente retirado. Preservar essa memória é também reconhecer que os impactos de um genocídio não se encerram com o cessar das armas; eles continuam a atravessar o tempo, exigindo memória, justiça e reconhecimento.

Os efeitos do Samudaripen também podem ser vistos nos olhos tristes, na vergonha aprendida, no medo de tudo — absolutamente tudo. Há violências que permanecem muito depois do último tiro, da última cerca ou do último trem. Elas sobrevivem no silêncio das famílias, na interrupção da memória e nas gerações que herdaram o trauma sem jamais terem conhecido a guerra.

A história registra números. A memória restitui rostos, nomes e dignidade. Estão sendo identificadas vítimas anteriormente não documentadas e reconstruídos episódios de violência que permaneceram ausentes da documentação disponível nas primeiras décadas do pós-guerra.

A memória, quando assumida pelo próprio povo que a herdou, deixa de ser apenas registro do passado para constituir-se como instrumento de produção de conhecimento, de justiça histórica e de garantia de direitos.

Compreendo que a memória do Samudaripen não se preserva apenas lembrando os mortos; preserva-se, sobretudo, garantindo que os vivos continuem a narrar a própria história. Ainda a muito o que reverberar do que houve naqueles tempos: o antes, o durante e o depois.

"Not every Roma and Sinti person murdered during the Samudaripen was counted. Yet each of them lives on in our duty to remember."

Elisa Costa

History cannot be truly understood until we acknowledge the full extent of the harm it has produced. Among its most enduring consequences are those that span generations and remain long after the physical violence has ended. Genocide destroys more than lives; it fractures families, interrupts the transmission of culture, silences languages, weakens identities, and leaves wounds that continue to shape the lives of descendants.

These intergenerational harms take many forms: eyes marked by sorrow, shame imposed through discrimination, persistent fear, mistrust, silence, and the feeling that one must hide who they are in order to survive. These wounds do not appear in statistics or official records, yet they remain deeply inscribed in the collective memory of peoples who survived genocide.

Understanding the **Samudaripen** requires recognizing that its consequences did not end with the conclusion of the Second World War. They endure in absences, in family

silences, in interrupted histories, and in the struggles of successive generations to rebuild what was violently taken from them. Preserving this memory also means acknowledging that the impacts of genocide do not cease when the weapons fall silent; they continue across time, demanding memory, justice, and recognition.

The legacy of the **Samudaripen** can also be seen in sorrowful eyes, in learned shame, and in fear—fear of everything. Some forms of violence endure long after the last shot has been fired, the last fence dismantled, or the last train has departed. They survive in the silence of families, in the interruption of memory, and in the generations that inherited trauma without ever having known the war.

History records numbers. Memory restores faces, names, and dignity. Victims previously absent from official records continue to be identified, while episodes of violence overlooked during the early post-war decades are gradually being reconstructed through historical research and documentary evidence.

When embraced by the very people who inherited it, memory ceases to be merely a record of the past. It becomes an instrument for producing knowledge, advancing historical justice, and safeguarding human rights.

I understand that the memory of the **Samudaripen** is preserved not only by remembering those who were killed, but above all by ensuring that those who survived—and the generations that followed—continue to narrate their own history. There is still much to be understood, documented, and shared about what happened before, during, and after those years.

O CHEIRO DOS CORPOS NOS FORNOS CREMATÓRIOS AINDA ESTÁ LÁ.

Michel Kriston

O vento continua cortando a pele e, só de imaginar o frio, a fome e o medo, o corpo parece compreender aquilo que a razão jamais alcançará. Em muitos momentos fechei os olhos, mas era impossível não imaginar. Havia as histórias, os livros, os testemunhos de tantos Roma e Sinti vindos de diferentes lugares da Europa, e o som do romanês parecia ecoar entre os barracões, como se recusasse o silêncio que durante tanto tempo lhe foi imposto.

À noite havia o descanso do corpo, mas a mente não obedecia. As visitas, as conversas, as reuniões, os nomes gravados nas placas, os barracões, as cercas de arame, o portão de entrada, a estação de trem... tudo permanecia vivo. E, acima de tudo, permanecia o cheiro. O cheiro da morte ainda está lá. As flores ajudam o olhar a encontrar alguma delicadeza naquele cenário, mas não aliviam a dor. Há pedras, cruzes, anjos, bonecas deixadas por famílias e visitantes, gestos de memória e de amor. Ainda assim, faltam nomes. Faltam

histórias. Faltam vidas que jamais puderam ser plenamente identificadas. E o cheiro continua acompanhando quem passa por aquele lugar, muito depois da partida.

No Brasil, muitos dos mais velhos decidiram não falar sobre o Samudaripen. Acreditavam que o silêncio protegeria as crianças do sofrimento que eles próprios carregavam. Hoje compreendo que esse silêncio também teve um preço. Erramos. Precisamos falar. Precisamos mostrar. Precisamos permitir que as novas gerações caminhem por esses lugares, leiam os testemunhos, conheçam os nomes e, simbolicamente, sintam esse cheiro que a história insiste em conservar. Não para perpetuar a dor, mas para compreender sua dimensão.

Talvez somente assim os mais jovens entendam por que insistimos tanto em discutir os nomes corretos, a memória, as trajetórias e o reconhecimento de nosso povo. Talvez compreendam que a precisão histórica não é um capricho acadêmico, mas um compromisso com aqueles que foram assassinados e, por muito tempo, também esquecidos. E, quem sabe, ao devolvermos seus nomes à história, consigamos reconstruir parte do que nos foi arrancado e recuperar, ainda que lentamente, a esperança em uma humanidade que um dia pareceu perdida.

Quando um povo recupera o direito de narrar a própria história, recupera também o direito de projetar o próprio futuro. Isso realmente é real. Em 2025 a possibilidade de traduzir o Estatuto da Criança e do Adolescente para o Romanês, ampliou ainda mais a possibilidade e a efetividade dos direitos. Isso é legado.

"The smell of the bodies in the crematoria is still there."

Michel Kriston

The wind still cuts through the skin, and merely imagining the cold, the hunger, and the fear, the body seems to understand what reason alone can never fully grasp. Many times I closed my eyes, yet it was impossible not to imagine. There were the stories, the books, the testimonies of so many Roma and Sinti from different parts of Europe, and the sound of the Romani language seemed to echo among the barracks, as if refusing the silence imposed upon it for so long.

At night, the body could rest, but the mind would not. The visits, the conversations, the meetings, the names engraved on memorial plaques, the barracks, the barbed-wire fences, the entrance gate, the railway platform—all remained vividly present. Above all, the smell remained. The smell of death is still there. Flowers help the eye find a measure of tenderness in that landscape, but they cannot ease the pain. There are stones, crosses, angels, dolls left behind by families and visitors—gestures of remembrance and love. Yet names are still missing. Stories are still missing. Lives that could never be fully identified are still missing. And the smell continues to accompany those who walk through that place, long after they have left.

In Brazil, many of the elders chose not to speak about the Samudaripen. They believed that silence would protect children from the suffering they themselves carried. Today, I understand that this silence also came at a cost. We were mistaken. We must speak. We must bear witness. We must allow new generations to walk through these places, read the testimonies, learn the names, and, symbolically, sense the smell that history continues to preserve—not to perpetuate suffering, but to understand its true magnitude.

Perhaps only then will younger generations understand why we insist so strongly on using the correct terminology, preserving memory, recovering historical trajectories, and securing recognition for our people. Perhaps they will understand that historical accuracy is not an academic luxury, but a commitment to those who were murdered and, for far too long, forgotten as well. And perhaps, by restoring their names to history, we may recover part of what was taken from us and, little by little, restore hope in a humanity that once seemed lost.

When a people regain the right to narrate their own history, they also regain the right to imagine their own future. This is not merely symbolic—it is real. In 2025, the translation of Brazil's Statute of the Child and Adolescent into the Romani language significantly expanded both the accessibility and the effective realization of rights. That is a legacy.

O DIREITO À MEMÓRIA ESCRITA POR NÓS: AS VÍTIMAS O VAZIO DOS ARQUIVOS E A DÍVIDA HISTÓRICA: A ESCALA REAL DO SAMUDARIPHEN

Damián Cristo

Buenos Aires – Argentina

08 de julho de 2026

A historiografia tradicional da Segunda Guerra Mundial foi escrita por terceiros e, durante muito tempo, não levou em consideração a perspectiva dos próprios Roma, Sinti e Manouches, tampouco convocou essas comunidades para participar da construção de sua própria memória. Como consequência, consolidou-se um viés burocrático difícil de superar: reconhecer a existência de uma vítima apenas quando seu nome aparece em um registro de deportação, em uma lista de prisioneiros ou em um livro de óbitos das SS.

Essa abordagem reducionista invisibilizou, por décadas, a verdadeira magnitude da tragédia vivida pelo povo Romani. Meu trabalho e minha militância não se limitam aos números oficiais produzidos pelos gabinetes administrativos; concentram-se em compreender justamente o vazio dos arquivos, buscando reconstruir o impacto demográfico real de uma perseguição sistemática que ultrapassou, em muito, aquilo que foi registrado pela burocracia do regime nazista.

Sustento, com firmeza, a tese de que o Samudaripen vitimou entre um milhão e um milhão e meio de pessoas. Essa projeção desafia as estimativas institucionais

tradicionalmente aceitas e encontra sustentação técnica e historiográfica na violência praticada fora dos campos de concentração e nas realidades rurais que jamais foram plenamente documentadas.

Essa afirmação não nasce do isolamento de uma mesa de pesquisa. Fundamenta-se em uma dupla condição, ao mesmo tempo política e moral: o rigor do pesquisador e a memória herdada como familiar direto de vítimas. Ser portador da história da diáspora Dimitrievitch e, simultaneamente, especialista responsável pela divulgação histórica em fóruns multilaterais confere-me a responsabilidade de interpelar governos e Estados, reivindicando uma profunda revisão da contabilização do horror.

O fundamento da tese: aquilo que não foi registrado

A distância entre os números tradicionalmente aceitos e a projeção de um milhão a um milhão e meio de vítimas pode ser compreendida a partir de três grandes vetores de violência que operaram deliberadamente fora dos registros administrativos convencionais.

O sub-registro censitário anterior à guerra

As estatísticas produzidas pelos Estados europeus nas décadas de 1930, especialmente na Europa Central, Oriental e Meridional, não refletiam a dimensão real das comunidades itinerantes ou seminômades. Em razão da histórica desconfiança em relação aos mecanismos de controle estatal, grande parte da população Romani permanecia à margem dos registros civis. Consequentemente, a população de referência utilizada pelos estudos demográficos era significativamente inferior à realidade, elevando proporcionalmente tanto o percentual quanto o número absoluto de vítimas nos modelos críticos de reconstrução demográfica.

O "Holocausto por balas" no front oriental

Nos territórios ocupados da União Soviética e dos Países Bálticos, os esquadrões móveis de extermínio (*Einsatzgruppen*), juntamente com forças colaboracionistas, eliminaram comunidades inteiras em florestas, aldeias e áreas rurais. Esses massacres eram realizados de forma sumária, sem que houvesse deportação para campos de concentração, matrícula de prisioneiros ou emissão de registros individuais de óbito. Foram vidas interrompidas que jamais ingressaram na burocracia nazista e que, justamente por isso, permaneceram invisíveis nas estatísticas oficiais.

A diluição da identidade na resistência armada

Milhares de Roma e Sinti participaram da resistência contra o nazismo na Iugoslávia, França, Itália e União Soviética. Quando capturados e executados pelas forças de ocupação, eram frequentemente registrados apenas como "partisans", "bandidos", "sabotadores" ou "apátridas". Sua identidade étnica era deliberadamente apagada dos

registros militares, retirando-os, posteriormente, das estatísticas específicas sobre o genocídio Romani.

A história da minha família

A história da minha família paterna sintetiza essa permanente tensão entre o documento destruído e a realidade vivida.

Na Paris ocupada, durante a vigência das leis de internamento, minha tia Sonia atuava na clandestinidade. Em determinada ocasião, conseguiu retirar de um consultório médico um telegrama de deportação de máxima urgência que determinava a captura de famílias ciganas da região. Para impedir que a informação fosse recuperada pelas forças de segurança e proteger as rotas de fuga organizadas pela resistência, Sonia engoliu o documento.

Mesmo submetida durante semanas à tortura sistemática nos porões da Gestapo, jamais revelou a rede familiar. Ao destruir o documento em seu próprio corpo, salvou vidas. Ao mesmo tempo, demonstrou como a própria burocracia da perseguição podia desaparecer dos arquivos oficiais. Seu testemunho e suas sequelas constituem a prova de que a história não se escreve apenas com documentos preservados; escreve-se também com o sangue, a coragem e a memória daqueles que sobreviveram.

Pesquisa territorial e diálogo comunitário

Para aprofundar a compreensão dessas trajetórias de resistência e das dinâmicas de violência frequentemente negligenciadas pela história oficial, desenvolvi um amplo processo de pesquisa territorial e construção de memória coletiva. Esse percurso consolidou-se por meio da investigação de campo, do diálogo permanente com comunidades Roma e Sinti e da valorização da memória oral preservada nos territórios marcados pelo trauma.

Esse trabalho permitiu confrontar os registros oficiais com as narrativas comunitárias em diferentes países europeus:

- **Polônia:** investigação das execuções extracampo em florestas e aldeias, preservadas principalmente pela memória das comunidades locais.
- **República Tcheca:** estudo dos centros de internamento e trânsito e dos impactos das deportações sobre os vínculos familiares.
- **Áustria:** coleta de testemunhos relacionados aos campos de trabalho do Reich e às formas de extermínio decorrentes das condições extremas de sobrevivência.
- **Alemanha (Munique):** análise dos critérios de classificação biológica e dos mecanismos de controle policial dirigidos às comunidades Roma e Sinti desde o período anterior à guerra.
- **França (Paris):** reconstrução da memória da resistência urbana, das redes clandestinas de evasão e dos decretos de internamento que fragmentaram inúmeras famílias, entre elas a família Dimitrievitch.

Incidência educativa: um marco histórico na América Latina

As conclusões desse percurso de pesquisa e militância conectaram-se diretamente às ações desenvolvidas por ocasião dos 80 anos do Holocausto Cigano. O objetivo central desse trabalho nunca foi apenas ampliar o debate acadêmico, mas transformar memória em educação e educação em política pública, contribuindo para o enfrentamento da discriminação estrutural.

Essa atuação articula o trabalho do Conselho Consultivo Romani das Américas (RAC), da União Romani Internacional (IRU) e da Associação ZOR junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), fortalecendo a presença da voz Romani nos espaços internacionais de defesa dos direitos humanos.

Como resultado desse processo, foram desenvolvidas capacitações especializadas para docentes e palestras destinadas a estudantes de escolas públicas e privadas, constituindo um marco inédito na América Latina ao inserir, de forma sistemática, o estudo do Samudariphen nos espaços escolares.

O impacto mais significativo dessa iniciativa concretizou-se com a inclusão da temática do Holocausto Romani em livros didáticos e diretrizes curriculares oficiais do Ministério da Educação da República Argentina. Trata-se de um avanço institucional que garante às futuras gerações o direito de conhecer a história da perseguição, da resistência e da sobrevivência do nosso povo.

A legitimidade da nossa voz perante os governos do mundo não decorre da aceitação passiva da contabilidade incompleta deixada pelos opressores. Ela nasce da capacidade de transformar a memória oral, familiar e comunitária em conhecimento, em educação e em políticas públicas, fazendo com que o silêncio dos arquivos seja enfrentado dentro das salas de aula.

A memória é fundamental para que a história não se repita. Mas ela somente será completa quando também for escrita por aqueles que viveram suas consequências.

Nada de nós, sem nós.

**The Right to Write Our Own Memory: The Victims
The Void in the Archives and the Historical Debt: The True Scale of the
Samudaripen**

Damián Cristo
Buenos Aires, Argentina
8 July 2026

The traditional historiography of the Second World War was written by outsiders and, for many decades, failed to consider the perspectives of Roma, Sinti, and Manouche communities themselves. Nor were these communities invited to participate in the construction of their own historical memory. As a result, a bureaucratic bias became firmly established: a victim was recognized only if their name appeared in a deportation record, a prisoner register, or an SS death record.

This reductionist approach obscured, for decades, the true magnitude of the tragedy experienced by the Romani people. My research and advocacy do not focus solely on the official figures produced through administrative records; rather, they seek to understand the voids within the archives by reconstructing the actual demographic impact of a systematic persecution that extended far beyond what was documented by the bureaucracy of the Nazi regime.

I firmly maintain that the **Samudaripen** claimed between one million and one and a half million lives. This estimate challenges the institutional figures that have traditionally been accepted and is supported by historical and demographic evidence concerning violence perpetrated outside the concentration camp system and in rural regions that were never comprehensively documented.

This position does not emerge from the isolation of an academic desk. It is grounded in a dual commitment that is both political and moral: the rigor of historical research and the inherited memory of a direct descendant of victims. As both a bearer of the history of the Dimitrievitch diaspora and a specialist engaged in presenting this history before multilateral forums, I carry the responsibility of challenging governments and States to undertake a profound reassessment of how the scale of this genocide has been documented.

The Basis of the Argument: What Was Never Recorded

The gap between the traditionally accepted estimates and the projection of one to one and a half million victims can be understood through three major dimensions of violence that deliberately occurred beyond the reach of conventional administrative documentation.

Pre-war Census Undercounting

Population statistics compiled by European states during the 1930s—particularly in Central, Eastern, and Southern Europe—did not accurately reflect the true size of itinerant and semi-nomadic Romani communities. Owing to a long-standing distrust of state surveillance and administrative control, many Romani families remained outside civil registration systems. Consequently, the population baseline used in demographic studies was significantly underestimated, resulting in proportional underestimation of both the percentage and the absolute number of victims in demographic reconstruction models.

The "Holocaust by Bullets" on the Eastern Front

Across the occupied territories of the Soviet Union and the Baltic States, the mobile killing units (*Einsatzgruppen*), together with local collaborationist forces, exterminated entire Romani communities in forests, villages, and rural areas. These massacres were carried out through summary executions, without deportation to concentration camps,

prisoner registration, or individual death certificates. Countless lives were extinguished without ever entering the bureaucratic machinery of the Nazi regime and, precisely for that reason, remained absent from official statistics.

The Erasure of Identity within Armed Resistance

Thousands of Roma and Sinti took part in the resistance against Nazism in Yugoslavia, France, Italy, and the Soviet Union. When captured and executed by the occupying forces, they were frequently recorded merely as *partisans*, *bandits*, *saboteurs*, or *stateless persons*. Their ethnic identity was deliberately erased from military records, excluding them from subsequent statistical accounts of the Romani genocide.

The History of My Family

The history of my paternal family embodies the enduring tension between destroyed documentation and lived reality.

In occupied Paris, during the enforcement of internment laws, my aunt Sonia worked within the underground resistance. On one occasion, she managed to retrieve from a physician's office an urgent deportation telegram ordering the arrest of Romani families in the region. To prevent the document from being recovered by the security forces and to protect the escape routes organized by the resistance, Sonia swallowed the telegram.

Even after weeks of systematic torture in the basements of the Gestapo, she never revealed the family's resistance network. By destroying the document within her own body, she saved lives. At the same time, her act demonstrated how the very bureaucracy of persecution could disappear from the official archives. Her testimony and the physical and psychological scars she carried constitute compelling evidence that history is not written solely through documents that survive. It is also written through the blood, courage, and memory of those who endured and survived.

Territorial Research and Community Dialogue

To deepen my understanding of these histories of resistance and of the dynamics of violence so often neglected by official historiography, I developed an extensive process of territorial research and collective memory-building. This work was grounded in field research, sustained dialogue with Roma and Sinti communities, and the recognition of the oral histories preserved within territories marked by trauma.

This research made it possible to compare official records with community narratives across several European countries:

- **Poland:** Investigation of extrajudicial executions carried out outside the concentration camp system, particularly in forests and rural villages, whose memory has been preserved primarily through local community testimony.
- **Czech Republic:** Study of internment and transit camps and of the impact that deportations had on family structures and community life.
- **Austria:** Collection of testimonies concerning the Reich's forced labor camps and the forms of extermination resulting from extreme conditions of exploitation, deprivation, and survival.

- **Germany (Munich):** Analysis of biological classification criteria and the policing mechanisms directed against Roma and Sinti communities from the pre-war period onward.
- **France (Paris):** Reconstruction of the memory of urban resistance, clandestine escape networks, and the internment decrees that fragmented countless families, including the Dimitrievitch family.

Educational Advocacy: A Historic Milestone in Latin America

The conclusions drawn from this journey of research and advocacy became directly connected to the initiatives developed to commemorate the 80th anniversary of the Romani Holocaust. The central objective of this work has never been merely to expand academic debate, but to transform memory into education and education into public policy, thereby contributing to the fight against structural discrimination.

This effort brings together the work of the Roma Advisory Council for the Americas (RAC), the International Romani Union (IRU), and the ZOR Association, in collaboration with the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR), strengthening the presence of Romani voices within international human rights mechanisms.

As a result of this collaborative process, specialized training programs for teachers and educational lectures for students in both public and private schools were developed, establishing an unprecedented milestone in Latin America by systematically introducing the study of the Samudaripen into school education.

The most significant achievement of this initiative was the inclusion of the history of the Romani Holocaust in official textbooks and national curriculum guidelines issued by the Ministry of Education of the Argentine Republic. This institutional advance guarantees future generations the right to learn about the persecution, resistance, and survival of our people.

The legitimacy of our voice before governments around the world does not stem from the passive acceptance of the incomplete records left by the perpetrators. It arises from our ability to transform oral, family, and community memory into knowledge, education, and public policy, ensuring that the silence of the archives is challenged within the classroom.

Memory is essential if history is not to repeat itself. Yet it will only be complete when it is also written by those who lived its consequences.

Nothing about us, without us.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lembrar o 2 de agosto não representa apenas um exercício de reconstrução histórica. Significa reconhecer que o Samudaripen permanece como uma memória viva, cujos efeitos continuam atravessando gerações e influenciando as formas contemporâneas de exclusão, invisibilização e violência dirigidas ao povo rom e sinti, bem como a todo o povo romani.

As reflexões apresentadas por Elisa Costa, Lucimara Cavalcante, Michel Kriston e Damián Cristo, embora construídas a partir de trajetórias distintas, convergem para uma compreensão comum: a memória somente cumpre sua função ética quando produz responsabilidade no presente. Recordar os acontecimentos ocorridos durante o regime nazista não pode restringir-se aos memoriais, às cerimônias ou às datas comemorativas. A memória transforma-se em compromisso quando orienta políticas públicas, fortalece a educação em direitos humanos, combate a desinformação e rompe com o silêncio historicamente imposto às comunidades romani.

O reconhecimento internacional do dia 2 de agosto como data de memória do Samudaripen constitui uma conquista importante, mas ainda insuficiente diante da permanência do anticiganismo e da romafovia em diferentes países. A negação da história, a ausência do povo romani nos currículos escolares, a invisibilidade estatística, a discriminação institucional e os discursos de ódio demonstram que as estruturas que permitiram a perseguição no passado não desapareceram completamente; muitas delas apenas assumiram novas formas.

Nesse contexto, preservar a memória torna-se um ato político e uma estratégia de prevenção. Museus, centros de memória, pesquisas acadêmicas, testemunhos, produções culturais e iniciativas desenvolvidas pelas próprias organizações romani constituem instrumentos fundamentais para impedir que o apagamento histórico continue produzindo novas formas de violência.

Mais do que recordar aqueles que foram assassinados, lembrar o Samudaripen significa reafirmar o direito do povo rom e sinti de narrar sua própria história, preservar sua memória coletiva e participar da construção das políticas que dizem respeito ao seu presente e ao seu futuro. Enquanto houver silêncio diante do anticiganismo e da romafovia, a memória permanecerá inacabada. Por outro lado, cada pesquisa produzida, cada testemunho preservado, cada criança que aprende essa história e cada política pública construída a partir desse reconhecimento representam um passo concreto para que o "nunca mais" deixe de ser apenas uma promessa e se transforme em compromisso coletivo.

"A memória, quando assumida pelo próprio povo que a herdou, deixa de ser apenas registro do passado e transforma-se em instrumento de justiça, de produção de conhecimento e de garantia de direitos." Elisa Costa

Final Considerations

Remembering **2 August** is not merely an exercise in historical reconstruction. It means recognizing that the **Samudaripen** remains a living memory whose consequences continue to span generations, shaping contemporary forms of exclusion, invisibility, and violence directed against Roma and Sinti, as well as the broader Romani people.

Although emerging from distinct personal and professional trajectories, the reflections presented by **Elisa Costa, Lucimara Cavalcante, Michel Kriston, and Damián Cristo** converge on a shared understanding: memory fulfills its ethical purpose only when it generates responsibility in the present. Remembering the crimes committed under the Nazi regime cannot be confined to memorials, commemorative ceremonies, or anniversaries. Memory becomes a commitment when it informs public policy, strengthens human rights education, combats disinformation, and breaks the silence historically imposed upon Romani communities.

The international recognition of **2 August** as the day of remembrance for the **Samudaripen** represents an important achievement. Yet it remains insufficient in the face of the persistence of **anti-Gypsyism** and **anti-Roma racism** in many parts of the world. Historical denial, the absence of Romani history from school curricula, statistical invisibility, institutional discrimination, and hate speech all demonstrate that the structures that enabled persecution in the past have not entirely disappeared; many have simply assumed new forms.

In this context, preserving memory becomes both a political act and a strategy of prevention. Museums, memorial centers, academic research, survivor testimonies, cultural production, and initiatives led by Romani organizations themselves constitute essential instruments for preventing historical erasure from generating new forms of violence.

More than remembering those who were murdered, commemorating the **Samudaripen** means reaffirming the right of Roma and Sinti to narrate their own history, preserve their collective memory, and participate in shaping the policies that concern both their present and their future. As long as silence persists in the face of anti-Gypsyism and anti-Roma racism, memory will remain unfinished. Conversely, every research project undertaken, every testimony preserved, every child who learns this history, and every public policy grounded in this recognition represents a tangible step toward ensuring that **"Never Again"** becomes more than a promise—it becomes a shared and enduring commitment.

"When embraced by the very people who inherited it, memory ceases to be merely a record of the past. It becomes an instrument of justice, knowledge production, and the protection of human rights." *Elisa Costa*

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS:

Além da literatura científica, este estudo utiliza como fontes primárias documentos institucionais produzidos pela Associação Internacional Maylê Sara Kalí – AMSK/Brasil,

resultantes de pesquisas, ações de memória, processos formativos e iniciativas de incidência em direitos humanos desenvolvidas pela organização ao longo de sua trajetória.

Nesse sentido, as publicações, os relatórios técnicos, os materiais pedagógicos e as pesquisas desenvolvidas pela AMSK/Brasil não constituem apenas registros institucionais, mas integram um processo contínuo de produção de memória, fortalecimento da identidade romani e incidência em direitos humanos, reafirmando o direito do próprio povo romani de produzir, preservar e transmitir sua história.

Como fontes primárias produzidas pela própria comunidade, esses documentos também contribuem para ampliar a base documental disponível para os estudos romani, os estudos da memória e a pesquisa em direitos humanos.

Institutional Documents

In addition to the scientific literature, this study draws upon primary sources produced by the **International Maylê Sara Kali Association – AMSK/Brasil**. These materials result from the organization's research, memory initiatives, educational programs, and human rights advocacy developed throughout its institutional trajectory.

Accordingly, the publications, technical reports, educational materials, and research produced by AMSK/Brasil should not be understood merely as institutional records. Rather, they constitute part of an ongoing process of memory production, the strengthening of Romani identity, and human rights advocacy, reaffirming the right of the Romani people to produce, preserve, and transmit their own history.

As community-generated primary sources, these documents also contribute to broadening the documentary base available for Romani Studies, Memory Studies, and Human Rights research.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLÊ SARA KALI – AMSK/BRASIL. *16 de maio de 1944: resistência Roma e Sinti*. Brasília: AMSK/Brasil, 2026. Disponível em: [AMSK/Brasil – Publicação "16 de maio de 1944: resistência Roma e Sinti"](#). Acesso em: 19 jul. 2026.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLÊ SARA KALI – AMSK/BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente em Romanês (Statuto pala Shavore thai Ternimata ande Romaní Shib)*. Brasília: Habitus; AMSK/Brasil, 2026. Disponível em: [AMSK/Brasil – Estatuto da Criança e do Adolescente em Romanês](#). Acesso em: 19 jul. 2026.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLÊ SARA KALI – AMSK/BRASIL. *As Filhas do Silêncio*. Brasília: AMSK/Brasil, 2025. Disponível em: [AMSK/Brasil – As Filhas do Silêncio](#). Acesso em: 19 jul. 2026.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLÊ SARA KALI – AMSK/BRASIL. *Relatório de Viagem Internacional 2024: Memória, Museus e Direitos Humanos.* Brasília: AMSK/Brasil, 2024. 115 p.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLÊ SARA KALI – AMSK/BRASIL. *Nota Técnica nº 001/2026: Referência conceitual sobre anticiganismo.* Brasília: AMSK/Brasil, 2026.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLÊ SARA KALI – AMSK/BRASIL. *Nota Técnica nº 002/2026: Uso dos termos "Roma" e "Romani" em documentos institucionais.* Brasília: AMSK/Brasil, 2026.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLÊ SARA KALI – AMSK/BRASIL. *Nota Técnica nº 003/2026: Uso inadequado do termo "cigano" em documentos institucionais.* Brasília: AMSK/Brasil, 2026.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLÊ SARA KALI – AMSK/BRASIL. *Nota Técnica nº 004/2026: Samudaripen, memória e direitos humanos.* Brasília: AMSK/Brasil, 2026.

COSTA, Elisa; CAVALCANTE, Lucimara. *Diálogos Romani: formação em direitos de crianças e adolescentes romani e valorização das memórias familiares.* In: **CARDENO II: Resenhas, Conversas e Artigos.** Zenodo, 2026. DOI: 10.5281/zenodo.19471841. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19471841>. Acesso em: 19 jul. 2026.

**"Há genocídios que matam corpos. Há silêncios que tentam matar a memória.
Escrever sobre o Samudaripen é impedir que ambos vençam."**

**"Some genocides kill bodies. Some silences seek to kill memory. To write about the
Samudaripen is to ensure that neither prevails."**

BARRERA LÓPEZ, Begoña. *Samudaripen: from the persecution to the genocide of the Roma people. A teaching proposal for the university context.* *Clio: History and History Teaching*, n. 46, p. 89-98, 2020. DOI: 10.26754/ojs_clio/clio.2020465276.

COURTHIADE, Marcel. *Standardizacija romskog jezika i njeni glavni zadaci danas: slučaj riječi "Samudaripen" i drugi primjeri* [A padronização da língua romani e suas principais tarefas hoje: o caso da palavra "Samudaripen" e outros exemplos]. Comunicação apresentada na **Journée internationale de la langue rromani**, Academia Croata de Ciências e Artes (HAZU), Zagreb, 5 nov. 2016. Textorama, 47 p.

FINGS, Karola. *Genocide, Holocaust, Porajmos, Samudaripen.* RomArchive, [s.d.]. Disponível em: <https://www.romarchive.eu/en/voices-of-the-victims/genocide-holocaust-porajmos-samudaripen/>. Acesso em: 19 jul. 2026

HANCOCK, Ian F. *We Are the Romani People*. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2002.

HANCOCK, Ian. The Romani Genocide During the Holocaust: Resistance and Restitution. In: BHABHA, Jacqueline; MATAACHE, Margareta; ELKINS, Caroline (org.). *Time for Reparations: A Global Perspective*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2021. p. 219-250. DOI: 10.9783/9780812299915-016.

LIE, Siv B.; COSTACHE, Ioanida. *Staging Genocide: Theatrical Remembering of the Romani Holocaust*. *European History Quarterly*, v. 52, n. 4, p. 677-698, 2022. DOI: 10.1177/02656914221097602.

¹Direitos Autorais (DA-2026-127642). Copyright (DA-2026-127642)